

Alberto D. Cimadamore Antonio D. Cattani

A CONSTRUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA: UMA INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade são construções sociais que se desenvolvem e consolidam a partir de estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta. Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural. O conceito de *construção* é praticamente similar ao de *produção*, sendo utilizado aqui para enfatizar que a pobreza é o resultado da ação concreta de agentes e processos que atuam em contextos estruturais históricos de longo prazo.

Reiteradamente, esses problemas foram identificados como os mais relevantes que enfrentam as sociedades latino-americanas ao buscar a consolidação dos regimes democráticos, socialmente justos. Mais importante ainda, observa-se que a pobreza e a desigualdade habitualmente estão ligadas, retroalimentam-se e reproduzem-se à medida que contem com condições políticas, econômicas e sociais favoráveis para tanto. Essa interação tende, além disso, a consolidar os nocivos efeitos sociais de sua conjunção.

A desigualdade gera pobreza à proporção que, em um determinado ponto histórico, a distribuição do estoque de recursos econômicos faça parte de um jogo de soma zero. Certamente, em tese, pode se pensar de maneira distinta a questão da distribuição de bens (econômicos e de outro tipo) nas sociedades, particularmente quando se inclui a dimensão *tempo* (futuro) e se pensa em incrementar o estoque de bens para facilitar sua

distribuição. Muitas das teorias que subscrevem a política de “fazer o bolo crescer para depois distribuir” partem dessa premissa. No entanto, uma simples descrição histórica do crescimento econômico registrado por vários dos países da região mostra que este não se traduziu em uma significativa diminuição da pobreza, pela simples razão de que o estoque de bens é tão desigualmente distribuído, que seus efeitos estruturais tendem a concentrar inercialmente os lucros em grupos reduzidos da população. Essa realidade condiciona qualquer objetivo de se conseguir uma redução significativa da pobreza e consolida – quando não aumenta – uma desigualdade ímpar no mundo inteiro.

A esses argumentos, subjaz a hipótese de não ser possível diminuir a pobreza na América Latina sem diminuir a desigualdade, o que está implícito e explicitamente sugerido nas discussões das pesquisas que conduziram a esta obra. Crescentemente, elas fazem parte de um consenso nas pesquisas sobre pobreza que subscrevem teorias e perspectivas críticas dos enfoques predominantes no passado recente, tanto no discurso oficial dos países da região, como nos informes das organizações internacionais que se ocupam do tema.

As Ciências Sociais – e, mais especificamente, a tradição do pensamento social que o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e a Associação Latino-Americana de Sociologia historicamente subscreveram – não são nem podem ser indiferentes aos efeitos do círculo vicioso que gera a interação entre pobreza e desigualdade na América Latina. Com essa convicção, da qual compartilhamos como cientistas sociais e como cidadãos comprometidos com nossas realidades, lançamos um processo de cooperação – entre as duas talvez maiores e mais ativas redes de cientistas sociais da América Latina e do Caribe – destinado a compreender e expor a lógica, a dimensão e as múltiplas facetas do círculo vicioso desigualdade-pobreza que encerra o futuro das sociedades latino-americanas.

Este livro é o primeiro resultado da colaboração entre dois grupos de trabalho da ALAS (GT 19, *Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social*, e GT 9, *Desigualdade, Vulnerabilidade e Exclusão Social*) e o Programa CLACSO-CROP, do Comparative Research Programme on Poverty (CROP), vinculado ao Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC). A cooperação entre essas instituições surgiu a partir da identificação da conjunção entre pobreza e desigualdade como o principal problema que a sociedade latino-americana enfrenta na atual conjuntura histórica. Nas primeiras trocas de idéias entre ambas as comunidades acadê-

micas, também ficou claro, em seguida, que a compreensão dos dois fenômenos – individualmente e em suas múltiplas interações recíprocas – constituía um passo fundamental para se dar mais visibilidade à questão, contribuindo assim para promover os debates e consensos necessários para implementar as políticas econômicas e sociais que possibilitassem superar o círculo vicioso da reprodução conjunta de pobreza e desigualdade.

Partimos desse propósito inicial e do diagnóstico de que grande parte dos estudos sobre esses tópicos esteve concentrada em questões relacionadas à medição da pobreza e da desigualdade, assim como na discussão sobre políticas (planos, programas, experiências, etc.) destinadas a reduzir seu impacto nas sociedades latino-americanas. Na seqüência, consideramos oportuno voltar a enfatizar as questões conceituais afeitas à origem e à perpetuação desses fenômenos. Em outras palavras, decidimos pôr em primeiro plano da discussão as questões relativas à construção, produção e reprodução da pobreza e da desigualdade.

A iniciativa começou a evoluir com a organização de uma mesa-redonda sobre *Trabalho, produção de pobreza e desigualdade na América Latina e no Caribe*, no contexto do XXV Congresso da ALAS, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 2005. A continuação deu-se com uma oficina e uma apresentação pública organizada no Instituto de Investigações Gino Germani, da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires.

Os autores participantes da série de encontros que desembocou neste livro concordam, além disso, que, durante as últimas décadas, conceitos como *pobreza e desigualdade* foram adquirindo novos significados na realidade latino-americana. Em frente a essa circunstância, podem os cientistas sociais utilizar acriticamente esses conceitos? Tanto os eventos mencionados acima, como os textos resultantes, pretendem revitalizar um debate que dê respostas a essas e outras interrogações relacionadas com o impacto conjunto da pobreza e da desigualdade latino-americanas e dos possíveis caminhos para sua eliminação. Pretendem também questionar alguns dos termos em que ambos são tratados em muitos círculos de conhecimento e poder, tentando apresentar uma perspectiva que supere a pretensa neutralidade científica implícita nas descrições e explicações causais das correntes do pensamento que habitualmente chegam às primeiras páginas das publicações e do processo de tomada de decisões.

Dessa perspectiva, situa-se em primeiro plano a noção de “construção” ou “produção/reprodução” de pobreza e desigualdade. Essa noção

alude ao fato de que a produção da pobreza é um fenômeno complexo em que interagem diferentes processos (econômicos, sociais, políticos, culturais e étnicos), que podem ser analisados em longa, média e curta durações. Esse fenômeno é visualizado como fruto da interação entre estruturas e agentes concretos que produzem e reproduzem, em diferentes níveis, as condições que geram e multiplicam a pobreza e a desigualdade. O conceito de construção social da pobreza e da desigualdade requer então uma análise em termos de complexidade teórica, ao mesmo tempo em que exige identificar, com a maior clareza possível, os processos e políticas concretas, assim como os criadores, executores e responsáveis pelas situações sociais de extrema desigualdade e pobreza que afetam a região.

Nesse contexto, os conceitos de *trabalho* e de *produção* situam-se como temas centrais que permitem pôr em primeiro plano suas estreitas vinculações com as persistentes condições de desigualdade e pobreza na região. O trabalho é normalmente considerado como uma fonte regular de renda cuja magnitude é essencial para determinar os níveis de pobreza e desigualdade. É, também, um eixo fundamental das integrações social e política e se constitui em um dos fatores essenciais quando se examinam as condições de produção e reprodução da pobreza e da desigualdade nos diferentes períodos da evolução do capitalismo na América Latina.

Em segmentos desta obra, enfatiza-se a fragilidade social a que estão expostos os países da região, onde quase a metade da população está na pobreza ou no limite de cair nessa situação. Mais ainda, a experiência histórica mostra que esse limite ou fronteira é facilmente ultrapassável, tal como o demonstrou, em princípios deste século, uma das sociedades relativamente mais desenvolvidas da região, quando vários milhões de argentinos considerados de “classe média” passaram em pouco tempo para a pobreza. Uma crise econômica, fruto da ação concreta de agentes econômicos e políticos facilmente identificáveis, transformou, rapidamente, um país que alcançara décadas atrás uma qualidade de vida ímpar no continente sul-americano. Em um espaço social alterado, mais da metade da população caiu na pobreza, com níveis de desigualdade que não podem ser tolerados sem se alterar a própria noção de democracia.

Nas últimas décadas, mesmo os mais otimistas foram obrigados a reconhecer que, no mundo todo, a pobreza não só perdurou, como se reproduziu em termos alarmantes. A necessidade de reduzi-la é consensual, mas as ações concretas nesse sentido esbarram em grandes dificuldades, a começar pela ausência de uma teoria explicativa sobre as múltiplas causas

do fenômeno. O déficit explicativo afeta as formas de mobilização dos agentes, a implementação de políticas públicas e a elaboração de projetos alternativos.

O texto que abre este livro destaca a importância desse déficit teórico-metodológico e a necessidade de se construírem outras perspectivas que integrem múltiplos níveis de análise. Alberto D. Cimadamore propõe um modelo teórico básico que articula estruturas e agentes sob o enfoque interdisciplinar das Ciências Sociais para tentar explicar causas e conseqüências da produção e reprodução da pobreza e da desigualdade. O modelo é testado a partir de três estudos específicos (produção de castanha na Bolívia, de soja no Paraguai e de abacate no México). O exercício comprova as responsabilidades do Estado e dos seus agentes: por um lado, destacando sua inoperância, e, por outro, seu potencial na solução dos problemas. Os resultados evidenciam as possibilidades de generalização do modelo e de realização de estudos comparativos que permitirão aperfeiçoar ainda mais a capacidade explicativa do enfoque integrado proposto.

Os temas eruditos da Filosofia Política sobre justiça, igualdade, pacto social, razão e direitos universais são retomados por Susana Murillo, para analisar as estratégias discursivas que buscam legitimar as práticas do capitalismo contemporâneo. Conceitos e definições não são inocentes e menos ainda correspondem a categorias auto-evidentes. No que concerne à pobreza e à desigualdade, a ofensiva liberal vale-se de duas estratégias discursivas: a primeira, naturalizando as diferenças, ao apresentá-las como ontológicas, e a segunda, substituindo o paradigma clássico, ao destituir o coletivo, as estruturas e o Estado de sua importância, os quais passam a ser subordinados pelo individual e pelas ações pseudo-autônomas. Ao mercado, é atribuído o papel de grande ordenador, e a razão e os direitos sociais e universais cedem lugar à força e ao pragmatismo utilitarista. Murillo localiza essa estratégia discursiva nos documentos do Banco Mundial que orientam as ações concretas em curso na América Latina e no Caribe, ações essas que perpetuam e reproduzem a injustiça e a desigualdade. Entretanto, dialeticamente, as tentativas de se criar uma subjetividade subserviente e de se empoderarem os pobres em moldes capitalistas encontram resistências coletivas, e a rebeldia social continua criando novos espaços de confrontação.

Como analisa Sonia Alvarez Leguizamón em seu artigo, as explicações sobre as causas e a persistência da pobreza na América Latina estão

associadas aos embates políticos que definem a identidade do continente. De um lado, há as produções intelectuais identificadas com o poder: explicações biologistas, neomalthusianas, culturalistas, keynesianas e, mais recentemente, neoliberais. De outro, está o pensamento social crítico formulado por autores que são identificados com as causas nacionais e populares e que reconhecem na dependência, no imperialismo, na corrupção e no entreguismo dos setores dominantes locais os elementos estruturantes e reprodutores da pobreza. Alvarez Leguizamón realiza uma síntese da história desse permanente embate teórico que tem desdobramentos concretos em termos de políticas públicas e de ações empresariais, mas, também, relativamente a buscas de alternativas e a resistências populares.

Identificada com a corrente teórica neo-institucionalista, Laura Mota Diaz centra sua análise do processo de produção e reprodução da pobreza na América Latina na figura do Estado. Instituição decisiva, o Estado é, desde os primórdios da colonização, capturado por interesses minoritários. Ao longo dos séculos XIX e XX, os processos mudaram formalmente, mas, na sua essência, o Estado continua como elemento central, assegurando condições específicas de apropriação e distribuição dos ativos, a ponto de, em determinadas situações nacionais, no lugar de captura, poder-se falar de seqüestro do Estado por segmentos econômicos. Mesmo quando se observa um importante esvaziamento de suas funções em benefício da regulação por agências e empresas multinacionais, como neste início do século XXI, o Estado continua sendo o elemento-chave na manutenção clientelista de privilégios e, conseqüentemente, na distribuição injusta da riqueza social.

Também centrados nas práticas governamentais, Alberto Bialakowsky e sua equipe analisam dimensões terríveis do processo contemporâneo de extinção das populações vulneráveis. Durante certo tempo, o sistema capitalista pretendeu normalizar a sociedade sob um modelo pretensamente racional: subordinação e controle da força de trabalho, manutenção de um exército industrial de reserva, para exercer pressão sobre os integrados ao sistema, e uma franja de excluídos, os “inúteis para o mundo”, mantidos nos limites da sobrevivência. A partir do exemplo argentino, esses pesquisadores sustentam a existência de práticas governamentais que produzem um *continuum* de subordinação-exclusão-extinção. Nesses termos, não existem mais contornos nítidos entre os incorporados ao sistema (normalizados) e os demais (exército industrial de reserva e população excedente, os subnormalizados). Guetificação, criminalização

e gestão punitiva e fragilização dos corpos fazem parte da normalidade do século XXI. Pobreza, exclusão e extinção de determinadas populações não são fenômenos localizados, mas compõem um processo social de trágicas conseqüências.

O artigo de Márcio Pochmann e Ricardo Antunes analisa o processo recente de “desconstrução” do trabalho. Em menos de três décadas, a mundialização, a reestruturação produtiva e a aplicação dos princípios neoliberais a políticas públicas e à desregulação do mercado alteraram profundamente as características e a dinâmica do mercado de trabalho. Mesmo quando atingia volumes expressivos, o desemprego era considerado uma variável de ajuste do sistema. Agora, ele é estrutural e aparece como horizonte inelutável para um número importante de trabalhadores. Ainda que autores tomem como exemplo apenas o caso brasileiro, o significado do processo é praticamente o mesmo em toda a América Latina. A flexibilização (dos salários, dos horários, dos contratos e das funções) traduz-se em perdas de direitos que haviam sido duramente conquistados nos períodos anteriores e resulta no empobrecimento. O trabalho aparece, assim, como um componente fundamental do processo de produção da pobreza e da desigualdade.

O último artigo apresenta uma análise distinta das anteriores. Reconhecendo a importância dos estudos sobre a pobreza, Antonio D. Cattani sustenta a tese de que é necessário recuperar-se a dimensão relacional entre o pólo pobreza e o pólo riqueza. A brecha social vem aumentando como resultado de processos convencionais de extração de mais-valia, mas, também, como conseqüência de estratégias empresariais tornadas possíveis pela desmedida na concentração de renda. Dada a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e aos setores populares, as classes abastadas valem-se de múltiplos expedientes para ampliar seu poder e sua riqueza. A riqueza substantiva garante privilégios e impunidade, bem como assegura transferências permanentes de recursos da massa trabalhadora para segmentos cada vez mais restritos que permanecem estrategicamente escondidos do olhar crítico das Ciências Sociais.

A busca de soluções para o problema da pobreza e da desigualdade que atinge todo o continente latino-americano é um imenso desafio. O objetivo desta obra é colocar em lugar de alta visibilidade processos e agentes responsáveis, afirmando a necessidade de se romper com o círculo vicioso que retroalimenta a pobreza com a desigualdade, consolidando-as no tempo. Identificando-se a natureza dos processos em curso, os

perpetradores e suas vítimas, descartam-se soluções messiânicas, as afrontas à democracia, os remendos filantrópicos e as ações empresariais e governamentais que, sob a lógica do mercado concorrencial, produzem e reproduzem mais pobreza e desigualdades.

Buenos Aires e Porto Alegre, junho de 2007